

4 Considerações para uma agenda estratégica de Saúde e Ambiente e Sustentabilidade: horizontes da Fiocruz para 2022

Valcler Rangel¹
Guilherme Franco Netto¹
Juliana Wotzasek Rulli Villardi¹
Tatsuo Shubo¹
Renata Lima¹
Annibal Amorim¹
Mauro Lima Gomes¹
Jose Augusto Debritto¹
Tania Fonseca¹
Ritta Braz¹
Anna Claudia Romano Pontes¹
Francisco de Abreu Franco Netto¹
Joseane Costa¹
Edmundo Gallo¹
José Paulo Vicente da Silva¹
Patrícia Ribeiro¹
Jorge Mesquita Huet Machado²
André Fenner³
Aletheia Machado³
Juliana Acosta Santorum³
Sheila Lima³

¹ Atuam na Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde – vpaaps@fiocruz.br – (21) 3885-1626.

² Atua na Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador/DSAST/SVS/MS.

³ Atuam na Diretoria de Brasília – Programa de Promoção a Saúde, Ambiente e Trabalho – fenner@fiocruz.br – (61) 3329-4610.





Introdução

As questões relacionadas ao meio ambiente e sua influência na saúde estão em evidência nos movimentos sociais e na academia, assim como na construção e na implementação das políticas públicas.

A compreensão das relações entre desenvolvimento, ambiente e saúde, seja pela ciência, pelo poder público ou pela cidadania, com o sentido de identificar seus processos críticos, é um desafio de forma a possibilitar a elaboração e a produção de instrumentos capazes de articular ações relativas à natureza dessa relação, planejar ações estratégicas e mecanismos para a promoção da saúde. A abordagem deverá considerar aspectos de natureza conceitual, científica e técnica, assim como aqueles inerentes às políticas e intervenções que se relacionem às articulações entre o modelo de desenvolvimento, os sistemas socioecológicos e a saúde das coletividades (TAMBELLINI; MIRANDA, 2013).

A saúde pública no Brasil, atualmente, organiza-se em teorias que enfatizam as dimensões biológicas e individuais ao analisar tendências relativas à distribuição de riscos, doenças, incapacidades e mortes nas populações, e também teorias com destaque nas relações sociais e ecológicas, resultando em estratégias de planejamento e políticas públicas que enfatizam desde a eficiência de tecnologias, serviços de saúde assistenciais e medidas pontuais de prevenção, até a promoção a saúde como resultado do modo de produção e consumo.

A ciência normal (KUHN, 1997), com sua perspectiva biomédica e epidemiológica clássica, produziu e reproduz uma forma de pensar e agir que restringe a dimensão social na determinação do processo saúde-doença, levando ao entendimento da sociedade como um agregado de indivíduos com características quantificáveis, sem priorizar e articular melhorias das condições de vida, do trabalho e suas estruturas sociais (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014). Pensar e agir a partir de relações entre grupos, em vez de isolar efeitos sobre indivíduos, tem sido o desafio enfrentado no campo da Saúde Coletiva, em especial a partir do movimento sanitário brasileiro que, com influência internacional latino-americana do campo da medicina social, requer mudança de perspectiva e principalmente de referencial teórico, com um olhar para as desigualdades sociais e de saúde, o que demanda maior precisão conceitual nos estudos de condições de vida e situações de saúde.

Compreender as relações entre os determinantes sociais e a saúde é fundamental para caminhar na perspectiva de se trabalhar e incorporar os conceitos de diferença, distinção, desigualdade, diversidade, iniquidade e equidade, vulnerabilidade e exposição. As abordagens teóricas e práticas podem ser distintas a partir de diferentes perspectivas, ainda que alguns autores reduzam as desigualdades em saúde, entre outros aspectos da determinação da saúde, e as dimensões puramente individuais, pois consideram a abordagem social pouco científica (BARATA, 2001).

Discutir fatores gerais de natureza social, econômica, política e suas mediações permite identificar onde e como devem ser feitas as intervenções com maior impacto, sendo necessário o fortalecimento conceitual e metodológico de abordagem dos determinantes da saúde nos indivíduos e nas populações. Os fatores individuais são importantes para identificar que indivíduos no interior de um grupo estão submetidos a maior risco. E há os enfoques que buscam analisar as relações entre a saúde das populações, as desigualdades nas condições de vida e o grau de desenvolvimento da trama de vínculos e associações entre indivíduos e grupos (BUSS; PELEGRINI, 2007).

Questões como a vulnerabilidade às doenças, a exposição ambiental e seus efeitos sobre a saúde distribuem-se de maneira diferente segundo os indivíduos, regiões e grupos sociais e relacionam-se com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível educacional, por exemplo. Produzir conhecimento neste campo envolve a investigação sob as trajetórias sociais, a interação e os contextos, incorporando os fatores econômicos, políticos e culturais, numa dada sociedade, assim como as várias maneiras de atuação e de relação entre os indivíduos (MUÑOZ SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007).

Nas últimas três décadas, houve o reconhecimento da crise socioambiental e dos riscos ecológicos globais, produzindo noções como desenvolvimento sustentável e acordos internacionais que pautam agendas políticas, movimentos sociais, políticas públicas e a própria saúde coletiva (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014). Neste aspecto, o movimento de enfrentamento dos paradigmas e racionalidades hegemônicos da biomedicina, da biotecnologia e da epidemiologia clássica, bem como o resgate e a atualização do debate teórico e político que fundou a Medicina Social Latino- Americana e a Saúde Coletiva (CARTA POLÍTICA..., 2014), tem pautado a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no sentido de avançar na compreensão da situação de saúde, seus determinantes, contextos e identificação, na construção e na consolidação de políticas públicas, e nos objetos de pesquisas como alternativas de produção de conhecimentos que incorporem as populações





e movimentos sociais como sujeitos coletivos, com seus saberes e projetos de sociedade, de forma intra e intersetorial, e a construção de diretrizes estratégicas, que serão abordadas neste artigo.

A temática Saúde, Ambiente e Sustentabilidade

O debate dos problemas ambientais e sua relação com a saúde vêm se consolidando desde a década de 1970 até os dias atuais, apontando para a necessidade de um olhar para além do sistema tradicional de saúde, do tratamento do doente; um olhar para a melhoria da saúde da população, identificando o ambiente como um dos fatores que influenciam a saúde humana. O Quadro 1 mostra o caminho percorrido para a saúde coletiva em busca de uma abordagem socioeconômico-ambiental.

Na última década, a mudança na estrutura econômica brasileira e a elaboração de grandes projetos de crescimento para o seu desenvolvimento, evidenciaram a necessidade de atuação do setor Saúde de forma intensificada, em função das transformações na vida das pessoas. O amplo contexto da desigualdade na sociedade torna o processo, por vezes, isolado e interminável. Os elementos a serem considerados na relação entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental estão além da visão biologicista da ciência normal. O caminho metodológico propõe a criação de modelos teóricos que permitam a leitura dos territórios e dos processos de trabalho de modo interdisciplinar entendendo a complexidade dos objetos, dialogando com os saberes científicos e populares, maximizando os ganhos em saúde.

De acordo com Kuhn (2011), um paradigma indica que precisa ser ajustado quando surgem acontecimentos que a ciência não pode, com seus atuais instrumentos, compreender. Esse cenário de crise planetária, com um conjunto de crenças, valores e métodos científicos reducionistas que não abrangem a complexidade de seus objetos e fenômenos, demanda um novo olhar científico.

Alguns epistemólogos contemporâneos qualificam esta nova situação como um desafio da complexidade (BOCCHI; CERUTI, 1987), ou seja, como uma situação em que existe a necessidade de se pensar e agir não em termos de objetos, mas em termos de relações. Assim, o complexo seria, literalmente, a marca de “aquilo que está junto”, como é o caso dos organismos vivos, dos grupos, das populações, do ambiente (SCHRAMM; CASTIEL, 1992).

O método de saber distinguir sem separar e juntar sem confundir (MORIN, 1990), ou seja, de saber fazer, por um lado, as distinções necessárias entre âmbitos de pertinência diferentes e, por outro lado, de detectar os vínculos entre eles, são necessários e significativos para dar conta das práticas simbólicas humanas (SCHRAMM, 2011).

Fortalecer a discussão do modelo teórico da relação Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, instrumentalizar sua operacionalização, via vigilância em saúde ambiental, foi um desafio assumido pelo Brasil durante a última década, particularmente pela Fiocruz. Entre os desafios, ainda hoje em processo de superação, estão a necessidade de formação de equipes multidisciplinares, além da construção de sistemas de informação capazes de auxiliar a análise de situações de saúde e a tomada de decisões, o desenvolvimento de tecnologias sociais a serem incorporadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), as dimensões da produção de conhecimento (discussão teórica), da política, da governança e do controle social, devendo estar articuladas ao processo operacional, com ênfase na vigilância em saúde.

No espaço político predominam os interesses das grandes corporações nacionais, do sistema financeiro, de latifundiários, de empresas multinacionais, e por esta razão permanece o desafio da construção de uma perspectiva ecológica, solidária e democrática. As políticas de indução e de acolhimento às demandas econômicas e sociais não dependem, necessariamente, das ações desenvolvidas pela vigilância em saúde. Esta é parte do processo e incorpora elementos para as decisões, influencia e é condicionada pela disputa política.

No cenário atual prevalece uma governança voltada ao desenvolvimento de forças produtivas, com forte acúmulo de poder político dos empreendedores e promotores da política econômica, associadas a uma precária política ambiental de sustentabilidade, que por sua vez, está vinculada a uma política social redistributiva de cunho assistencial no campo da Saúde e da Assistência Social. Nesse contexto há uma pressão pela desregulação ambiental e social associada ao uso de tecnologias do agronegócio, para geração de energia e polos empresariais, de forte impacto negativo no ambiente e, conseqüentemente, na saúde. Ainda, este cenário impacta visivelmente o espaço do trabalho tendo implicações diretas na saúde do trabalhador.

Por ser dinâmico e complexo, este cenário exige análise contínua da situação da saúde das populações a fim de orientar a tomada de decisão, auxiliando na redefinição de prioridades, predição de cenários futuros, estruturação do setor Saúde e avaliação das intervenções implementadas.





A organização do SUS, o planejamento em saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa foram abordadas no Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que definiu e aprofundou conceitos essenciais ao sistema, como a regionalização, a hierarquização, as regiões de saúde, a relação interfederativa, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, contratos entre os entes públicos e comissões intergestores. Oficializou a Atenção Primária como porta de entrada do SUS, e como eixo ordenador do acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde.

A Fiocruz e sua atuação estratégica na temática de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade

A Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), criada em 2009, resulta de sucessivos realinhamentos das áreas de saúde e ambiente no âmbito da presidência da Fiocruz, com o intuito de fortalecer arranjos político-institucionais orientados aos problemas de saúde concretos enfrentados nas fronteiras da ação pública e territorializada no Brasil.

Alinhada à missão da Fiocruz, a VPAAPS tem, entre suas atribuições, coordenar, integrar e promover a sinergia das suas ações entre os atores das diferentes unidades da Fiocruz nas áreas de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde. Nesse sentido, orientada por suas diretrizes estratégicas, visa fomentar o fortalecimento da qualidade da atenção em saúde no Brasil com ênfase nos determinantes sociais e ambientais dos processos saúde-doença, em consonância com as necessidades identificadas no campo da Saúde Coletiva.

A consolidação desta abordagem institucional dos problemas de saúde e dos serviços de saúde no âmbito da Fiocruz e do SUS vem suscitando uma revitalização e reorientação da agenda institucional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde da Fiocruz diante das necessidades dos territórios e regiões de saúde, induzindo, identificando e reconhecendo projetos estratégicos e soluções no âmbito dos serviços de saúde e dos determinantes sociais da saúde. Ao praticar o pensamento estratégico e comprometido com mudanças concretas no cenário mais amplo das Políticas de Saúde, a VPAAPS passa a redesenhar fronteiras e objetos, redimensionar espaços de atuação institucional e, por sua vez, identificar espaços vazios que demandem políticas de indução.

Esse conjunto de complexas e articuladas frentes de trabalho busca agregar os Programas Interministeriais à produção do conhecimento científico,

tecnológico e à produção de inovações em saúde, tendo como estratégias o desenvolvimento de arranjos criativos locais, o empoderamento social, as ações de mitigação dos problemas da pobreza extrema, com base na centralidade do cidadão e nas singularidades sociais, epidemiológicas e políticas dos territórios e das regiões de saúde.

A diversidade de subprojetos sob a responsabilidade técnica da VPAAPS vem definindo a sua centralidade como espaço de indução, articulação e gestão de uma complexa rede de parcerias em diferentes campos da ação pública e do SUS. A partir do ano de 2009, os eixos de atuação no campo da Cooperação Nacional relacionados ao campo da Saúde e Ambiente diversificam-se fortemente. A VPAAPS assumiu a responsabilidade de gestão técnico-científica com uma diversidade de subprojetos que representaram a mudança de escopo de sua atuação. Esta diversidade de temas e subtemas passam ainda a expressar a coerência e a pertinência da sua política institucional diante dos processos de transversalização e territorialização que caracteriza a ação pública no Brasil e a atual Política Nacional de Saúde.

Se não há mais como admitir que grandes volumes de recursos sejam utilizados para reproduzir políticas de fomento desvinculadas das necessidades reais dos cidadãos brasileiros, criar uma nova agenda institucional nesta perspectiva vem significando para a VPAAPS sair da zona de conforto conferida pela legitimidade institucional construída durante os quase 115 anos de história da Fiocruz e indagar: Como construir uma nova agenda estratégica para a Pesquisa e para o Desenvolvimento em C&T e Inovações efetivamente coerente com os problemas de saúde no Brasil?”

A amplitude e a complexidade dos entrelaçamentos entre os campos de atuação da VPAAPS é um desafio metodológico e de gestão, requer ousadia política, ação estratégica e inovação no campo da gestão institucional, bem como articular uma ampla rede de parceiros governamentais e não governamentais.

Iniciativas como o IdeiaSUS, parceria entre a Fiocruz, o Conass e o Conasems possibilitam o compartilhamento de práticas, ações, iniciativas, projetos e programas que tenham como finalidade o enfrentamento de problemas no campo de saúde e ambiente no âmbito do SUS.

O cenário mais amplo no qual se insere este olhar da VPAAPS está em consonância com a necessidade de mudanças na atual matriz de desenvolvimento econômico e social nacional com vistas à erradicação das iniquidades – compromisso ético-político e missão da Fundação Oswaldo Cruz.





A Criação do Programa Institucional de Saúde & Ambiente da Fiocruz em 1997 teve como um dos seus principais desdobramentos a criação da Câmara Técnica de Saúde e Ambiente (CTSA) em março de 2001, estruturada a partir da organização interna de grupos de pesquisa e pesquisadores em torno de eixos temáticos de saúde e ambiente. Similar a esta iniciativa, são criadas as Câmaras Técnicas de Promoção da Saúde e de Atenção à Saúde.

A construção de uma relação estável, orgânica e crítica no processo de pactuação das agendas estratégicas dos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Cultura, e do Desenvolvimento Agrário, e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), entre outras, desafiou a VPAAPS a induzir uma ampliação das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com superação da pulverização e da falta de integração de diferentes projetos institucionais. O Quadro 2 apresenta alguns dos projetos e ações estratégicos para o fortalecimento institucional em curso na VPAAPS.

A participação da Fiocruz na construção do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi uma das mais destacadas iniciativas neste campo e contribuiu para o estabelecimento de agenda permanente voltada para a revisão dos Objetivos do Milênio (ODM) e a construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, voltados para o período pós-2015.

Desafios e perspectivas

Em 2022, o Brasil completará 200 anos de independência e, por isso, esse ano foi definido pelo governo federal como prazo para a realização de uma série de metas de cunho econômico, social, cultural, tecnológico etc. A Fiocruz completará 122 anos em 2022, e pretende seguir como uma instituição diferenciada no campo da Ciência e da Tecnologia em Saúde, de forma coerente com sua história.

Para alcançar a posição desejada, o VII Congresso Interno da Fiocruz, realizado em 2014, reafirmou as macrodiretrizes estratégicas que norteiam sua agenda de mudanças com o horizonte de 2022. Tais orientações são sintetizadas em um mapa estratégico, cujas perspectivas essenciais são:

Primeira perspectiva – Orientadora de todas as demais, é aquela voltada diretamente aos resultados para a sociedade, assumindo os seguintes objetivos: (i) Promoção e melhoria das condições de vida e saúde da população, com ênfase na redução das desigualdades e iniquidades no acesso aos serviços e às condições

promotoras da saúde; (ii) Fortalecimento da sustentabilidade política, técnica e econômica do SUS, baseado em uma visão ampliada de saúde e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do País, perpassado necessariamente pelo êxito da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Segunda perspectiva – Ocupa-se dos processos estratégicos da instituição, refletindo os focos centrais de atuação. Substitui-se o enfoque tradicional de programas institucionais por uma abordagem centrada em processos que se incidam em resultados para a sociedade. São processos estratégicos da Fiocruz: (i) Desafios do Sistema Único de Saúde (SUS); (ii) Ciência e tecnologia, saúde e sociedade; (iii) Complexo produtivo e de inovação em saúde; (iv) Saúde, ambiente e sustentabilidade; e (v) Saúde, Estado e cooperação internacional.

A Fiocruz, por meio da VPAAPS, possui grande capacidade de reunir agendas estratégicas e está à frente da consolidação do eixo Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. O objetivo central de constituição e consolidação de um programa na área de saúde e ambiente, capaz de fomentar e integrar atividades e projetos em âmbito institucional torna-se fundamental.

Neste percurso novas atribuições e responsabilidades foram instituídas, e o processo da ação institucional nos campos de saúde e ambiente implica a construção de uma agenda estratégica no âmbito da Fiocruz pautada por prioridades de âmbito local, regional, nacional e global. O Quadro 3 apresenta alguns dos projetos e ações estratégicas por eixo de atuação na VPAAPS, a partir dos biomas brasileiros, a saber: (i) biodiversidade, (ii) clima e saúde, (iii) impacto de grandes empreendimentos; (iv) saneamento, e (v) saúde do trabalhador.

Como horizonte de 2022, o resultado almejado é de que, no Mapa Estratégico Institucional da Fiocruz, o eixo Saúde, Ambiente e Sustentabilidade não somente se consolide como um elemento central do conhecimento, da produção científica e do fortalecimento da prática de serviços, mas constitua-se em um elemento relacional central da prática cotidiana de prestação de serviços estratégicos e de qualidade do estado brasileiro à sua população.

Nesse sentido, a perspectiva de conformação de um Centro de Desenvolvimento de Tecnologias em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade apresenta-se como um norte para organizar a compreensão da relação Saúde e Ambiente, de modo a subsidiar o planejamento de ações estratégicas na elaboração e na produção de instrumentos capazes de intervir e articular o conhecimento e as ações concernentes à natureza dessa relação.





Quadro 1 – Eventos e conquistas no campo Saúde e Ambiente

Eventos	Conquistas
1978 – Declaração de Alma Ata	Cuidados Primários em Saúde reafirmam a definição de saúde defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença, sendo a saúde considerada como direito fundamental e meta social de todos os governos, incorporando as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas nesta relação.
1986 – Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde	Como resultado, a Carta de Ottawa traz a promoção da saúde como fator fundamental de melhoria da qualidade de vida, com a inclusão e capacitação da comunidade nesse processo, não sendo essa responsabilidade exclusiva do setor Saúde.
1986 – 8ª. Conferência Nacional de Saúde	O movimento da reforma sanitária brasileira influenciou fortemente este processo visando a novas práticas de saúde, embasadas na lógica dos pensamentos e nos movimentos mundiais para a promoção da saúde. A Conferência considerou a saúde como resultante das condições de vida e do meio ambiente dos povos.
1990 – Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde	A saúde recebe a missão de garantir as condições de bem-estar físico, mental e social.
1992 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Rio 92	Aborda o conjunto de ações de saúde e meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável, da necessidade de desenvolvimento de políticas e estratégias sobre saúde e ambiente.
1995 – Conferência Pan-americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (COPASAD)	Documento contendo o Plano Regional de Ação no contexto do desenvolvimento sustentável orientador aos países que deveriam desenvolver seus planos específicos contendo: Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável – Diretrizes para Implementação.
Reunião de Ministros de Saúde e de Ambiente das Américas (iniciativa HEMA)	Proposição de base comum de dados e/ou informações sobre questões ambientais e de saúde para facilitar a priorização e a tomada de decisões para ações regionais nas áreas de ambiente e saúde.
2009 – 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental	Discussão dos temas: i) processos produtivos e consumo; ii) infraestrutura; iii) articulação interinstitucional, ações integradas e controle social; iv) territórios sustentáveis, planejamento e gestão integrada; v) educação, informação, comunicação e produção de conhecimento e vi) marco regulatório e fiscalização.

continua ...

... conclusão

Eventos	Conquistas
2010 – 1º Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental	Apoio à construção de métodos e abordagens que fazem a caracterização do contexto sócio-histórico para a compreensão do território, a caracterização e avaliação ambiental, o diálogo permanente com as populações e seus representantes e a avaliação dos mecanismos institucionais e instrumentos destinados aos campos de Saúde e Ambiente, utilizando-se de metodologias participativas e interdisciplinares.
2014 – 2º Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Estruturação, implementação e participação em projetos e ações estratégicos para o fortalecimento institucional da área de Saúde e Ambiente, em curso na VPAAPS

Projeto/ação estratégica	Resultados/produtos
Câmara Técnica Saúde e Ambiente	Reuniões estratégicas para a agenda de saúde, ambiente e sustentabilidade.
Cooperações institucionais: Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST/SVS/MS); Departamento de Gestão Participativa (DAGEP/SEGEP/MS); Ministério do Meio Ambiente Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria Nacional de Defesa Civil	Agenda estratégica conjunta em consonância com a Política Nacional de Saúde Ambiental que incluiu o protagonismo da Fiocruz na realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental; Estruturação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas (Portaria MS/GM nº 2.311 que altera a Portaria MS/GM nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011; Ações prioritárias em Meio Ambiente e Saúde e Cepedes.
Unidades Regionais da Fiocruz atuando em Saúde e Ambiente Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Diretoria de Brasília	Garantir a transversalidade e a visibilidade das atividades institucionais: diferentes linhas de pesquisa, ensino e atuação no campo das mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade e saúde do trabalhador. Desenvolvimento de estratégias e projetos conjuntos na área de saúde e ambiente, com a execução do Projeto de Formação de Lideranças para a Gestão Participativa para as Populações do Campo, da Floresta e das Águas.

continua ...





... conclusão

Eventos	Conquistas
<p>Instituição e participação em Grupos de Trabalho GT – Vigilância em Saúde</p> <p>Saúde na Rio+20 - Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde – Opas/OMS GT de Saúde e Sustentabilidade da FIOCRUZ</p>	<p>Discutir e orientar na elaboração, na implementação, no monitoramento, na avaliação e na proposição de ações e atividades relacionadas à Vigilância em Saúde na Fiocruz; com os setores governamentais, em especial, com o Ministério da Saúde; com os setores não governamentais; e com os movimentos sociais.</p> <p>Documento O Futuro que queremos, lançado oficialmente em 12 de abril de 2012, abordando três temas: economia verde e saúde; sustentabilidade e saúde; e governança em saúde-ambiente.</p> <p>Contribuir na crítica aos textos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pelo Painel de Alto Nível – articulação com o Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS).</p>
<p>Parceria com a Fundesalud / Colômbia</p>	<p>Projeto de ampliação das capacidades para realizar investigações e utilizar os resultados para melhorar a teoria e a prática em saúde pública, a fim de responder às iniquidades em saúde e promover a construção de comunidades e territórios promotores da saúde e do bem-estar, potencializando nossas capacidades e recursos.</p>
<p>Fiocruz Saudável</p>	<p>Ações desenvolvidas na Fiocruz de forma interdisciplinar com focos disciplinares da biossegurança, ecologia, saneamento e saúde do trabalhador.</p>
<p>Implantação do Campus FIOCRUZ-Mata Atlântica</p>	
<p>Participação em eventos e atividades de interesse</p> <p>Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental organizado pela Sociedade Civil Global COP Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde</p>	<p>Tenda: Espaço Saúde, Ambiente e Sustentabilidade onde ocorreram debates sobre diversos temas relevantes, oportunizando a livre manifestação da sociedade.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Projetos e ações estratégicas por eixo de atuação na VPAAPS

Projeto/ação estratégica	Resultados/produtos
Clima e Saúde	
GT – Clima e Saúde	
Observatório Clima e Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação em Ciência e Tecnologia da Fiocruz	Integra a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) do Ministério da Ciência e Tecnologia; em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Ambientais (Inpe); apoiado pelo Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.
Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres (Ceped) da Fiocruz – em parceria com a UFF e a UFRJ	Promove interação permanente com a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, com o Laboratório de Informação em Saúde (Icict/Fiocruz), a Divisão de Processamento de Imagens do Inpe e a Coordenação- Geral de Vigilância Ambiental (CGVAM) do Ministério da Saúde – articulação que possibilita dar respostas a problemas complexos e contribuir nas questões como doenças transmitidas por vetores e poluição do ar, diretamente ligadas a mudanças climáticas
Mapa de Vulnerabilidade- Brasil	Apoio à identificação, ao processamento e à análise de variáveis de clima e saúde em seis estados brasileiros.
Biodiversidade	
GT- Biodiversidade e Saúde	
Centro de Informação em Saúde Silvestre (CISS)	Articulação com este espaço de construção contínua a serviço da consolidação do conhecimento, das ações e políticas que, em conjunto, podem fortalecer a conservação da biodiversidade brasileira, a melhoria da saúde humana e de todas as espécies, além de apresentar boas práticas para o desenvolvimento sustentável.
Representação na CONABIO	Participação na elaboração do relatório global de biodiversidade, contendo experiências do País e nos resultados de pesquisa em Biodiversidade.
Representação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CEGEN)	Discussão sobre organização de cadastro que permita rastrear a cadeia produtiva envolvendo pesquisa e desenvolvimento; e discussão sobre o marco legal de Biodiversidade.

continua ...





... *continuação*

Projeto/ação estratégica	Resultados/produtos
Biodiversidade	
<p>Rede de Experiências, tecnologias e inovação em Saúde (RETISFito)</p> <p>Realização e Participação em eventos e atividades de interesse</p>	<p>Sistematizar, difundir e reaplicar experiências, práticas e demais iniciativas relativas ao uso terapêutico das plantas medicinais, da fitoterapia e dos fitoterápicos.</p>
<p>Seminários sobre Protocolo de Nagoya e a Saúde: buscando novos rumos para a sustentabilidade, realizado 2011 na Fiocruz e AISA/MS</p>	<p>Debate sobre as consequências da perda da biodiversidade para a saúde humana nos próximos anos.</p>
<p>Visões Globais sobre Biodiversidade (World Wide Views on Biodiversity)- ocorreu simultaneamente em 25 países, sendo 19 países em desenvolvimento- seis destes na África, três na América Central e Caribe e dois na América do Sul – Brasil e Bolívia.</p>	<p>Fornecer, aos formuladores de políticas públicas, as opiniões dos cidadãos a respeito de biodiversidade, com enfoques global e local. Os votos de todos os países foram contabilizados num relatório único, entregue aos tomadores de decisões da 11^a Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica (COP 11), em outubro de 2012, na Índia.</p>
Impacto de grandes empreendimentos	
GT – Impacto de grandes empreendimentos	
<p>Plano de monitoramento epidemiológico para a área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)</p>	<p>Processo contínuo que gera, a cada quatro meses, indicadores atualizados e vêm sendo debatidos com a empresa e os municípios atingidos pelo complexo petroquímico.</p>
<p>Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA</p>	<p>Subsidiando ações institucionais com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) na abordagem do problema e na formulação de políticas e ações interinstitucionais integradas de proteção da saúde da população afetada – recomendações de estudos, medidas de atenção à saúde da população e dos trabalhadores da indústria e ações de vigilância em saúde.</p>
Saneamento e habitação saudável	
<p>Cooperação com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA\ Ministério da Saúde</p>	<p>Desenvolver pesquisa, ensino, produção de insumos, serviços de referência e comunicação e informações estratégicas para a saúde.</p>

continua ...

... conclusão

Projeto/ação estratégica	Resultados/produtos
Saneamento e habitação saudável	
Fortalecimento da Gestão da FUNASA	
Estruturação da gestão da FUNASA para resposta imediata aos desastres naturais	
Educação Ambiental no Semiárido	Formação de 50 mil agentes comunitários de saúde nos nove estados do Semiárido e nos oito estados do Nordeste e de Minas Gerais.
Parceria com Observatório de Saúde Urbana da UFMG	Ampliar as possibilidades de estudo da temática da saúde urbana, notadamente em áreas que sofreram a intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina	Apoiar a constituição de um espaço tecnopolítico, territorializado e articulado a outras escalas – estadual, regional, nacional e global – gerador de conhecimento crítico e tecnologias inovadoras, especialmente as sociais, para a promoção do desenvolvimento sustentável e da saúde, além de promover ações voltadas para a Promoção da Saúde Ambiental e a Sustentabilidade Socioambiental, por meio do desenvolvimento de estratégias estruturantes, metodológicas e técnicas.
Saúde do trabalhador e Ambiental	
GT – Saúde do Trabalhador	
Participação na agenda Segurança Química/CONASQ-CNP Benzeno	Apoio, desenvolvimento e fortalecimento de ações estratégicas em Saúde do Trabalhador.
Cooperação Contag	
Inventário de Saúde do Trabalhador, formação em VISAT, VISAT em cadeias produtivas e VISAT na Atenção Básica.	
MPAS – perícia e reabilitação	
Cooperação técnica com MPT- Pesquisa em Saúde relacionada aos agrotóxicos	

Fonte: Elaborado pelos autores.





Referências

- BARATA, R. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 51, p. 138-145, set./nov. 2001.
- BOCCHI, G.; CERUTI, R. **La sfida della Complessità**. Milano: Feltrinelli, 1987.
- BUSS, P. M.; PELEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Revista Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CARTA Política do 2º simpósio brasileiro de saúde e ambiente. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.sibsa.com.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=103>. Acesso em: 2 dez. 2014.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- MORIN, E. **Introduction à la Pensée Complexe**. Paris: ESF, 1990.
- MUÑOZ SANCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.
- PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.
- SCHRAMM, F. R. **Interpretação complexa da lei de Hume e da falácia naturalista**. [S.l.]: [s.n.], 2011. Mimeo.
- _____; CASTIEL, L. D. Processo saúde/doença e complexidade em epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 379-390, dez. 1992.
- TAMBELLINI, A.; MIRANDA, A. Saude e Ambiente. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 1037-1073.